

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Juliana Soares de Resende Santos

**A biopolítica das letras: os discursos sobre educação e instrução no
Termo de Mariana. (1827 – 1835).**

Mariana

2014

Juliana Soares de Resende Santos

**A BIOPOLÍTICA DAS LETRAS: OS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO E
INSTRUÇÃO NO TERMO DE MARIANA. (1827 – 1835).**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araujo Antunes.

Mariana

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo amor e credibilidade que sempre dedicaram a mim e as minhas escolhas. Aos meus irmãos pelas tardes de domingo e o companheirismo de uma vida. Minha base, meu retorno serão sempre a quem chamarei e escutarei nos momentos difíceis e de alegria. Ao Mateus pela intensidade, companheirismo e reflexões. A você agradeço pela constante inquietação da mente e por ser meu porto. A conclusão desse processo sou grata a eles por sua compreensão e apoio.

Ao meu professor do ensino médio Paulo Henrique Rodrigues por sua dedicação, inteligência e carisma. Grande pessoa que me fez acreditar que o “se” não fazia história. Com suas memórias de república foi mais um, além de meu pai, a crescer em mim a vontade de independência.

Lembro também de meus familiares maternos por sua presença e apoio ao longo dessa minha caminhada. À Dina guardo afeto pelos tempos de criança. Agradeço a família que constitui em Mariana, as minhas flores de Mandacaru pelo espírito de cooperação e amizade. Muitos momentos de abstração, realidade e comida serão lembrados com carinho em meus dias de gente grande. Agradeço a Joyce por sua determinação, Rayana pela liberdade, Lorena por seu requinte, a Jéssica pelo desprendimento, a Thayná por sua jovialidade, Hariane pelo comprometimento e a Carol pela intensidade.

Carinho também pela família K-xuêra e a “Casa de boneca”. Foram muitos sonhos, textos e noites no sofá. A cada uma de vocês guardo minha gratidão e alegria de saber que fiz parte dessa história. Em especial fica meu agradecimento a Letícia Batista por trilhar ao meu lado os dilemas da graduação. Ao compromisso, competência e atenção a que nos dedicamos em cada projeto. A companheira de rock’s, orientação e contradições.

Aos amigos Gustavo, Lucas, Adriano, Baiano, “Juvenis”, Poli, Luna, Chumbinho, Cebolinha pelas conversas, crescimento e incentivo. Ao Pedrão pela paciência em me alfabetizar na paleografia e aos cafés demorados. Ao Bruno Constâncio, mesmo longe, sempre presente. Ao Davovó e a Lisset por serem tão desprendidos e companheiros. Agradeço aos demais amigos que estiveram comigo de alguma forma nesse período de transformação e incertezas. Minhas conquistas também são resultado de nossa convivência.

Ao projeto PED-PIBID-UFOP pela primeira experiência como docente, no momento em que mais pensei em desistir. Foi na licenciatura que encontrei meu eixo e minhas expectativas quanto ao futuro profissional. Junto a meus amigos Jéssica, Leonardo e Thiago a docência ganhou mais caráter de aprendizagem do que de ensino. A Oficina de Paleografia da UFOP pelo amadurecimento, reconhecimento e credibilidade. Aos meus colegas Leticia Batista, Lucas Quadros, Adriano Rodrigues e Elias Theodoro pela iniciativa e dedicação. Grata também a nova coordenação por acreditar nessa ideia.

Aos professores Álvaro de Araujo Antunes, Marcelo Abreu, Celso Taveira, Luiz Estevam guardo admiração e gratidão pelo conhecimento compartilhado. Ressalto não somente a sala de aula, mas a convivência singular que o Departamento de História da UFOP possui entre professores e alunos.

Agradeço a cidade de Mariana, ao ICHS, aos colegas 09.2 e aos funcionários. Meu aprendizado não seria completo sem a experiência que estes me proporcionaram. Viver longe é sempre um desafio a ser cumprido, mas fui reconfortada muitas vezes pela vista do São Pedro, aos cafés no redondo e pelo dia-a-dia nos corredores do antigo Seminário da Boa Morte.

RESUMO

ABSTRACT

SUMÁRIO

Introdução:

A pesquisa norteia-se a partir demandas da sociedade mineira oitocentista, que ao longo do processo de ocupação do território e manutenção administrativa compreendem a educação como objeto de almejo e ascensão social. A preocupação administrativa pela instrução da sociedade, no início do século XIX, condiz com os projetos e diretrizes que buscavam por meio da ação institucional a disciplinarização do comportamento social. O envolvimento de ambos os segmentos – estatais e sociais – no incentivo às propostas educacionais restabelece novos aspectos coercivos e normativos dentro das redes de sociabilidade. Reconfiguram-se, assim, as táticas de distinção social e material em meio à circulação de ideias. A pesquisa considera a reflexão sobre as diretrizes educacionais vindas da província relacionando-as com os dilemas representados pelos discursos dos professores que atuaram no Termo de Mariana entre 1827 a 1835. O mapeamento dos discursos possibilitará a concepção de como o Estado e suas leis permeiam as realidades locais, considerando, em recorrente conflito essa relação.

O estudo também atenta-se para as demandas provinciais, ressaltando as imbricações de suas leis, o que proporcionará uma variação de enquadramento entre a circularidade de ideias e ações dentro do espaço educacional.¹ A reflexão delimita como eixo principal os discursos, com o interesse em reconhecer as estratégias de controle e valorização da escolarização na região. “Para Faria Filho, a noção de escolarização remete a dois sentidos que se relacionam: o estabelecimento de processos e políticas de “organização” de uma rede de ensino e a paulatina produção de referências sociais em que a escola se torna eixo articulador de sentidos e significados.”² As estratégias individuais, que podem ser percebidas pelas correspondências enviadas para o presidente da Província de Minas Gerais e pelas atas camarárias relativa a educação,

¹ Conforme Carlo Ginzburg, conceito de circularidade reformula a concepção de que os eventos, ações e valores são formulados somente de “cima para baixo”, havendo assim uma inoperância cultural das camadas subalternas da sociedade. O autor utiliza deste termo para fazer entender a simultaneidade que existe, mesmo que de forma não equânime, das propagações culturais, não excluindo o potencial formulador das classes inferiores. Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Companhia das Letras, 2006.

demonstram contradições entre as diretrizes propostas pelas leis.³ As conjunturas regionais reconfiguram as expectativas e ações dos indivíduos, transformando cada local em um ambiente singular, bem como permeado de influências externas. Compreender o universo relacional vivenciado por esses indivíduos revalida a concepção de que “[...] as ideias não são puras emanações do espírito, mas são também realidades que se explicam em função de um condicionalismo palpável.” (TORGAL, 1982. P. 4)

A hipótese central detém-se nas transformações educacionais a partir das demandas da população local pelo saber das letras, ao analisar a concepção de que as medidas legalistas não seriam algo verticalizado de um polo único de influências. Ao considerar as cartas enviadas ao Presidente da Província, entre 1827-1835, percebe-se frequentes alegações por novas aulas, carteiras e livros.⁴ Nesse sentido, a proposta analisa os discursos sobre educação no período imperial de maneira distinta da marcante produção historiográfica-educacional brasileira, atentando o olhar para a demanda social em contra partida as leis e instituições. Em acordo com José Carlos Silva, “a maioria dos estudos sobre Educação nos primeiros anos de independência política e o ensino mútuo primaram por se basear na análise da legislação imperial e/ou provincial ou no

2 FARIA FILHO, Luciano Mendes. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Pp. 153

3Estas variações entre as escalas globais, regionais e locais mediadas por práticas discursivas não significariam apenas um processo de subjetivação. Mediam também as modulações discursivas estruturais e à rearticulação de convenções comuns.

4 A maior parte destes professores se formou em Mariana e alguns deles foram, principalmente, para a Universidade de Coimbra obter títulos como em filosofia, matemática e cânones. Mariana como sede de dois estabelecimentos de ensino secundário: Seminário Nossa Senhora da Boa Morte e o Colégio dos Padres Osório no Sumidoro, representou uma região de visibilidade a sociedade letrada, desde meados do século XVIII. A localidade possuía um dos maiores números de aulas régias no período colonial, ampliando no número de pessoas nos centros urbanos, o que facilitou, em grande medida, a disseminação e valorização do ensino na sociedade mineira.

estudo de algumas instituições tomadas como exemplos das práticas escolares do período.”⁵

O contexto de mudanças políticas ocorridas desde a Constituição de 1824 pode também ser observado pela maior recorrência de periódicos que discutissem sobre educação e instrução. Entretanto, a Constituição de 1824 não faz maiores referências dos meios de ampliar e concretizar a educação a todos os cidadãos. Não havendo referências quanto às competências políticas do Poder Central e das Províncias para com a gestão, fiscalização e financiamento dos respectivos níveis de educação. Com isso, começa a se formar pressão significativa dos setores progressistas ao governo, que estabelece assim, a Lei de 15 de outubro de 1827. Marcada pela disseminação da ideia de ensino mutuo, a lei voltava-se para a organização da educação nacional, ao mesmo tempo em que recomendava às Províncias a organização de seus sistemas de ensino, de acordo com as suas próprias despesas. O governo provincial a partir da Lei de 1827 estava apto a criar escolas masculinas e femininas, nomear, remover e taxar salários dos mestres de ensino, além de estimular a concretização e eficácia do ensino mútuo. “a decisão seguinte referente à instrução primária consubstanciar-se-ia na Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (...) além de recomendar o Método Lancaster” (**MATTOS: p.270**).

Como nação independente, o Brasil verá essa diretriz centralizadora do ensino arrefecer no ano de 1834, quando é implementado um plano educacional com o gerenciamento mais efetivo da educação pelas províncias.⁶ Há tentativa de confluência entre as ações efetivas dos governos provinciais e a legislação educacional para a organicidade do ensino, mas há também um choque com as contradições de uma sociedade rural e escravagista. Em acordo com **Francisco Ari de Andrade**, “Ao final da primeira fase do governo imperial, proporia uma reforma na Constituição de 1824, por meio da publicação da Lei de nº 16, datada de 12 de agosto de 1834, que passou para os anais da história como Ato Adicional de 1834.” O que caracterizou a descentralização da administração do ensino no Brasil. Compreender leis que legitimam

5 Opus cit. SILVA, José Carlos. 2012. Pp. 160

6 O Ato Adicional de 1834 passava às províncias a responsabilidade pela organização do ensino. SILVA. *O processo de Escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*, p.26.

diretrizes educacionais pode evidenciar a preocupação civil e o empreendimento governamental quanto à viabilização da educação e da instrução pública, visto que, “analisar os discursos oficiais é essencial para melhor compreender o lugar destinado à educação na sociedade em construção.”⁷

A escolha do recorte temporal mantém a discussão com base no confronto entre os discursos oficiais e demandas regionais. Por isso, evidenciaram-se os anos entre (1827 – 1835) período de amplas transformações político-sociais da sociedade brasileira. Desta forma, realça-se os desdobramentos relacionados à educação na Lei de 1827. Primeira Lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil procurava o bom funcionamento da Nação e para isso, dependia de sua formação educacional. “cumpriria, ou deveria cumprir, um papel fundamental, que permitiria, ou deveria permitir, que o Império se colocasse ao lado das “Nações civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, ato de difusão das Luzes que permitiria romper as trevas do passado colonial;”⁸ A educação passa a ser vista não apenas como um contato com as letras, mas como um ideal de conformação da Nação à ordem pública, “a produção da centralidade da escola dá-se como um movimento de questionamento, de redefinição ou de desqualificação de outros processos de formação das novas gerações”.⁹

Contudo, a percepção de ineficácia do Ensino Mútuo gerava descontentamento de diversos setores sociais. Dentre demais dificuldades para sua implementação, a falta de materiais específicos necessários ao método lancasteriano e a relação entre o novo ensino com os militares causava desconfiança e medo na população, principalmente a mais pobre. O receio estava intimamente ligado ao contexto em que o Brasil estava envolvido na **Guerra da Cisplatina** (), temerosa pela convocação compulsória, a população preferia muitas vezes colocar seus filhos nas aulas particulares do que em aulas públicas. Tais problemas apresentados geraram várias discussões e debates entre professores e a Câmara foram até mesmo publicados nos periódicos, o que mostra o

⁷ FARIA FILHO, Luciano Mendes. CHAMON, Carla Simone. ROSA, Walquíria Miranda. *Educação Elementar – Minas Gerais na primeira metade do XIX*. Editora UFMG. 2006. p. 23

⁸ MATTOS, 1994, p. 245.

⁹ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.p.144.

interesse e a opinião pública no projeto imperial de escolarização. Além disso, “interrogava-se sobre a eficácia das reformas educativas, considerando que era no interior da sala de aula que se decidia o destino das políticas públicas, pelas resistências oferecidas pelos professores às mudanças e pelas alterações efetuadas nos padrões vigentes.”¹⁰

Ao passo que no ano de 1835 o governo estabelece a Lei nº 13 a fim de que as Províncias possuíssem poder e legislação sobre assuntos relacionados à educação e instrução. Marca, com isso, novos rumos e diretrizes tomadas por cada uma delas. Com frequências os estudos sobre educação no Brasil atentam-se justamente a esse marco como ponto inicial das maiores e mais significativas medidas educacionais. Por isso, a educação nas primeiras décadas do império mostra-se ainda um tema pouco abordado pelos estudos historiográficos. A carência de produção sobre o assunto demonstra, em certa medida, que há uma lacuna de pesquisas destinadas à temática. O que não confere legitimidade a tal deficiência, já que, ao voltar-se para a documentação são vastas as informações sobre leis, diretrizes e a atuação de professores no mesmo contexto. Outro entrave encontrado nesse recorte seria a dificuldade ao acesso as fontes, tanto pelo reconhecimento e catalogação, quanto pela leitura e transcrição. José Carlos Araujo Silva percebe a necessidade de melhores formas de conservação do acervo, de seriação mais criteriosa e funcionários qualificados para o ofício. O autor ainda aponta,

Por fim, as próprias dificuldades oriundas das “lacunas” frequentemente encontradas nas séries documentais que, se, por vezes, prejudicam a concatenação da organização espaço-temporal, em contrapartida, aguçam a criatividade do pesquisador, pois o estimulam a buscar outras séries, por meio do recurso da “garimpagem”, visando a outros indícios que permitam a inteligibilidade ao seu estudo.¹¹

As dificuldades não cessam somente nas questões arquivísticas, há problemas frequentes quanto à visão historiográfica sobre o tema. Quando fala-se de educação no início do século XIX, muitas são as afirmações de ineficácia e até mesmo de

10 FARIA FILHO, Luciano Mendes. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004 . p. 141

11 SILVA, José Carlos de Araujo. Fontes documentais para o estudo cotidiano das Escolas pelo Método de Ensino Mútuo por meio da “Série Colonial” do Arquivo Público do Estado da Bahia. CASIMIRO, Ana Palmira; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (orgs.). *A pesquisa e a preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória*. Campinas, SP. Editora Alínea. 2012.

inexistência de políticas educacionais. Contrapor essas afirmações também enquadra-se como proposta desse estudo. As fontes mostram-se como principais argumentos para reestabelecer novos parâmetros de análise.

A pesquisa norteia-se a partir da concepção de que os professores que enviaram suas correspondências não sejam considerados como intelectuais letrados distantes de sua realidade. O que muitos trabalhos têm defendido como uma classe muitas vezes a par de seus contemporâneos, isolados no tempo e espaço. Ao contrário, a noção de que a realidade apresentada nas cartas estão intimamente relacionadas ao emaranhado de demandas cotidianas em que esses professores estariam alocados.

As perenidades do trabalho em arquivo estarão presentes em todo o estudo.

Ideias gerais sobre educação no Brasil.

A formação do Império brasileiro no início do século XIX transparece a necessidade de rompimento com o passado colonial. A sociedade, principalmente os grupos mais abastados e intelectuais, requeria a fundação de uma nova nação por meio do sentimento de patriotismo. Em moldes europeus, a elite brasileira buscava uma dimensão civilizatória de forma excludente ao restante da sociedade. O objetivo final era que a conduta social de cada indivíduo ou grupo tomasse consciência de seu próprio lugar dentro do mundo. Essa busca pela civilização após a Independência caracterizava-se pela estruturação social e a influência da cultura francesa. Exemplo significativo do reconhecimento e valorização de padrões franceses foi a instituição da Aula Pública de Francês em 1830 na cidade de Mariana. O que demonstra que estes saberes já seriam considerados importantes para a constituição da sociedade civilizada. O saber para controlar torna-se ainda aspecto fundamental para o reconhecimento da sociedade, principalmente, para que a instrução fosse aplicada nas camadas mais pobres, a fim de constituir um corpo social capaz de acompanhar o progresso das nações educadas.

“Os estratos sociais mais elevados da sociedade buscavam constantemente se diferenciar em relação ao que se denomina “povo miúdo” e, com este fim, adotam várias medidas para que o “sonho da civilização” pudesse se concretizar. Assim, foram consolidadas diversas instituições culturais nas quais o ideário civilizatório oitocentista era dominante.”¹²

O Império brasileiro não foi a única nação a investir e acreditar que seria possível aprimorar a sociedade. Diversos países da Europa e da América estiveram nesse impasse civilizador, ligados muitos vezes ao ideal positivista, nacionalista e romântico. O Estado deveria encontrar estratégias de domínio sobre a sociedade, ocupando-se, assim, da família, de sua constituição e atribuições. **(PERROT, ;ELIAS, .)**¹³ Para o autor, ao longo desse processo, novas redes de interdependências foram sendo construídas em resposta à consolidação de novas configurações sociais. Enquanto forças políticas e econômicas organizavam-se em Estados-nação, por meio do monopólio de força física e tributação, outras configurações sociais como a família e a escola tinham seus papéis redefinidos.

“A consolidação dos Estados nacionais demandou a construção e legitimação de instituições destinadas à difusão das civilidades e à formação das novas gerações. Caberia, assim, à escola formar os cidadãos civilizados e à família zelar por essa formação.” (115)¹⁴

O Ensino Mútuo propagado como método inovador de ensino seria um dos ideias que possibilitariam as mudanças necessárias na instrução da sociedade brasileira. O método lancasteriano, como também conhecido, consistiria no maior aproveitamento do tempo de ensino e aprendizagem para professores e alunos. O ensino simultâneo aos alunos garantia melhores resultados e maior rapidez na instrução. A Lei de 15 de outubro de 1827 foi difundida pelas Províncias do Império e devido sua abordagem pela defesa ao Método de Lancaster ficou conhecida também como: “Lei do Ensino Mútuo”. O aluno ocuparia o lugar central, sendo o agente de educação principal das salas de aula. Isto se dava na medida em que a responsabilidade pelo bom funcionamento da

12 Christianni. 110.

13 **VIANA, Fabiana da Silva. A escola pública elementar e a família no progresso de organização da nação. (Minas Gerais, 1830 – 1840)**

14 VIANA.

aula era dividida entre o professor e os monitores, também chamados de decuriões.

(124) FARIA FILHO e ROSA.

A preocupação com a instrução estaria intimamente relacionada com a necessidade que o Estado percebia de submeter a sociedade à ordem pública. Para isso, disciplinas como a Santa religião, Constituição do Império e gramática da língua brasileira. “Estes estudos, tratados nas escolas elementares e indicados no artigo 6º da Lei de 15 de outubro de 1827, eram vistos como necessários, pois que garantiam a obediência dos cidadãos civilizados às principais instituições da Nação.” **(121)** Ao educar a sociedade, de maneira rápida e econômica, proporcionava a manutenção sobre o controle das massas. Ainda conforme **JINZENJI**, “as palavras de ordem voltadas para os pobres seriam a submissão e o respeito às autoridades e à ordem, não lhes sendo proporcionada a participação política”. (127)

O Conselho Provincial de Minas Gerais.

A verificação dessa necessidade institucional pela educação e instrução da sociedade não se apresenta em controvérsia às demandas sociais. A essa ação social mediada pela linguagem pressupõe-se o compartilhamento de discursos sedimentados historicamente, que também são compartilhados com uma comunidade de agentes contemporâneos. A sociedade, principalmente, a partir do século XVIII, começa a ser gerida e administrada por um aparelho burocrático. As situações humanas são postuladas – em que a cartografia e a estatística são algumas das estratégias de governo – primordialmente na (re)construção dos dispositivos de governo e de poder. Entre demais estratégias, é conferido espaço fundamental à educação cívica, a qual por meio de diversas campanhas almejava o processo civilizador da sociedade.¹⁵

¹⁵Conforme Carlota Boto: “Cunhado no século XVIII, o próprio termo civilização carrega em si uma dupla pretensão: por um lado, trata-se de uma proposta universal. Todos participam da civilização; embora nem todos o façam no mesmo ritmo. Além disso, há uma ideia de progressivo aperfeiçoamento, de modo que a civilização não é apenas um estado, mas é também um movimento.” BOTO, Carlota. *A racionalidade escolar como processo civilizador: Moral que captura Almas*. In.: CARVALHO, Maria Marta Chagas de. PINTASSILGO, Joaquim. (org.). Modelos culturais, Saberes pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011. Pp. 48

Delimitado pelo estabelecimento das bases do novo aparato político-administrativo do império e período de atuação dos dois Conselhos provinciais. Estas instituições formavam a base da administração provincial durante todo o Primeiro Reinado até os primeiros anos da Regência, quando com a aprovação do Ato Adicional o Conselho de Governo foi extinto e o Conselho Geral da Província foi substituído pelas Assembleias Legislativas Provinciais.¹⁶ Por esse entremeio, compreende-se o papel dos discursos envolvidos e elaborados pelos vereadores. As atribuições provinciais eram encaminhadas por meio das correspondências para as Câmaras, que entre outros assuntos, tinha como um dos ramos principais a educação e a instrução da sociedade.¹⁷ Ampliou-se o número de fiscais, a fim de que os efeitos da ação do governo fossem observados com boa polícia.

A formação de Conselhos Provinciais demonstra o quão sistematizado e normativo seria o movimento local durante o período imperial. Entendendo o conjunto de instituições, os cálculos e táticas, instrumentos para o domínio e manutenção do poder sobre a população. As reflexões sobre os centros de poder, letramento, teoria e prática perpassam as problemáticas envolvidas no projeto de instrução aos administradores. A discussão sobre educação possuiu aspecto relevante dentro desses Conselhos, a fim de consolidar os ideais de civilização na sociedade brasileira. Exemplo desse destaque foi a política de instrução pública, realizada a partir de 1823 pelo Conselho Geral da Província de Minas Gerais.

Em específico a província de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, as elites políticas e intelectuais foram precursoras de diferentes estratégias de controle e ordenamento da sociedade. O discurso em que se baseavam estaria ligado a defesa da escola pública e a ampliação desta principalmente para as camadas mais pobres da população. Compreendendo que o espaço escolar deveria fortalecer o

¹⁶ “De acordo com a Lei nº 13 de Minas Gerais, o governo deveria nomear, em cada comarca da província, pelo menos um delegado, a quem competia: nomear e instruir visitadores para as escolas; suspender professores e nomear substitutos; fazer observar a lei e os regulamentos dos governos, “[...] esmerando-se em que seja a mocidade doutrinação das puras idéias religiosas e morais e nas da importância da união e integridade do Império, ainda à custa dos maiores sacrifícios (art. 29 e 30) [N.O.]” FARIA FILHO, Luciano Mendes. CHAMON, Carla Simone. ROSA, Walquíria Miranda. *Educação Elementar – Minas Gerais na primeira metade do XIX*. Editora UFMG. 2006. Pp. 131

¹⁷ BOTO, Carlota. *A racionalidade escolar como processo civilizador: Moral que captura Almas*. In.: CARVALHO, Maria Marta Chagas de. PINTASSILGO, Joaquim. (org.). *Modelos culturais, Saberes pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011.

sentimento patriótico, o papel da família como base educacional na formação dos alunos. Tais estratégias da província mineira coexistiam com ideias propagadas pelo governo imperial brasileiro, já que comungavam da necessidade de controle social e fortalecimento da unidade nacional.

o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor reprodutor, cidadão e soldado de amanhã. Entre ele e a família, principalmente quando esta é pobre e tida como incapaz, insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educa-lo, discipliná-lo (Perrot, 1991b, p. 148)

O Conselho Geral da Província de Minas tornou-se representativo em diversos debates vigentes tanto na província, quanto no restante do território nacional, dentre eles a instrução pública. Pode-se afirmar que a província mineira desenvolveu ao longo do período de 1827 – 1835 uma política de instrução pública, também reconhecida por seu caráter pioneiro. Percebe-se, então, que mesmo diante de muitas limitações a província constituiu posição de destaque ao aperfeiçoamento de instituições e à elaboração de diretrizes. A partir da década de 1830 percebe-se a produção de diversos levantamentos, como os mapas de população, listas de recrutamento militar e listas nominativas. Mecanismos de controle que serão tratados nas obras de Michel Foucault como princípios de governamentalidade, que será melhor discutido no próximo capítulo.

A atuação dos professores e cartas provinciais.

A preocupação excessiva com as normas e leis tem sido um problema nos trabalhos sobre educação no período, como afirma Luciano Faria Filho, faz-se necessário o cuidado maior com as práticas educacionais. Importante salientar que mesmo no início do século XIX muito era interrogado sobre a eficácia das reformas educativas. Já que muitas delas encontravam apropriações e resistências dos próprios professores. O autor ainda defende que,

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.¹⁸

As mudanças e permanências que ocorreram a partir da Lei de 1827 podem ser verificadas por meio da leitura das correspondências dos professores enviadas à

18 FARIA FILHO, Luciano Mendes. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Pp. 143

província. Muitas delas apresentam questionamentos, verificações e subordinação às novas diretrizes, bem como argumentam a falta de estrutura e materiais para seguir, como por exemplo, o Método Mútuo nas salas de aula. Entretanto, se faz verificável os investimentos, sejam materiais ou de difusão de ideias, que a província mineira tentou conquistar no âmbito educacional. Por isso, a necessidade de compreender que na “grande inércia que percebemos em nível global pode estar acompanhada de mudanças muito pequenas que insensivelmente transformam o interior do sistema.” (JULIA, 2001, p.15)

A produção desses discursos relativos à política de instrução pública pelos professores podem ser considerados como produtores de rupturas localizadas, que de acordo com sua função discursiva são em si acontecimentos. ORLANDI, 1993. Foucault também esclarece sobre a “instauração de discursividade”, sabendo que os autores não são somente autores de suas obras, mas também contribuem para a formação de outros textos. Com isso, as transformações ocorridas pelas leis estão intrinsecamente relacionadas com o discurso de precariedade da instrução, estimulando a necessidade de implantação de novos métodos, a formulação de compêndios, entre outras questões relevantes aos assuntos educacionais no Conselho Geral da Província.

A partir desses discursos que novas medidas foram articuladas, como por exemplo, as estatísticas que possibilitariam o reconhecimento da situação e localização das escolas, bem como também seriam úteis para a criação e ampliação de novas escolas em locais mais povoados. A nomeação de examinadores e inspetores serviria para avaliar e evidenciar as deficiências e progressos que cada escola apresentasse. A observação partiria do pressuposto de que os professores estariam aplicando em sala de aula ideais de civilidade e moral, sendo estes instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da província.

Ao analisar as correspondências são frequentes as solicitações de cadeiras de Primeiras Letras, bem como de materiais escolares para as aulas. A variedade de cartas pode demonstrar o quanto a instrução em Minas era algo constantemente abordado nas discussões do Conselho Geral da Província e na sociedade mineira. A leitura das cartas ainda proporciona o conhecimento de muitos relatos sobre o cotiado desses professores. Muitos deles fazem descrições do comportamento dos alunos em sala de aula e das dificuldades encontradas com seu baixo ordenado.

Percebe-se pela palavra do professor, seja pelo conteúdo dos compêndios – alguma coisa que, na vida escolar, situa-se para além da

relação com o conhecimento. A escola se expressa socialmente como instituição estratégica para, por seus ritos, firmar comportamentos.¹⁹

Ao olhar essas práticas dos professores se compreende como estes produziam esses lugares de poder/saber e os sentidos da instrução enquanto ação pedagógica na formação social. Essas ações, quando analisadas sob o contexto da educação imperial, podem ser entendidas como produtoras de sujeitos e de seus lugares no meio social. Ao compreender que o professor seria aquele que põe em funcionamento os dispositivos escolares de maneira criativa respeitando às normas estabelecidas. **(JULIA,)** Para Faria Filho, a escola transforma-se em eixo articulador de sentidos e significados por meio dos processos e políticas de organização do ensino desde o início do século XIX. Trabalhos que atuam nessa área: Souza, 1998; Faria Filho; Vago, 2001; Faria Filho; Vidal, 2000.

FALAR SOBRE A METODOLOGIA

Ideias de governamentalidade e civilidade a partir do XVIII e XIX.

Os ideais de civilidade foram difundidos ao longo do século XVIII na Europa em vários aspectos sociais, como a arquitetura, higiene e educação. Já no início do século XIX muitas dessas ideias ganham força junto aos discursos nacionalistas a fim da criação de Estados Nacionais fortes e potencialmente úteis. Na América os discursos pelo processo de civilização das sociedades também estiveram vigentes nos debates políticos e periódicos. A ambição pelo progresso e civilidade das grandes potências europeias fez com que diversos debates fomentassem mudanças e propostas também no Império brasileiro. Como afirma Carlota Boto, a escola moderna possui tal matriz civilizadora, pretendia

Tornar civilizada uma sociedade supõe ampliar sistematicamente o raio da racionalidade no trato. Abrandam-se as maneiras, criam-se sutilezas para o intercâmbio social, oferece-se um padrão de conduta de distinção, ao qual serão opostos como bárbaros todos os comportamentos divergentes.²⁰

19 BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: moral que captura almas. In. CARVALHO, Maria Marta Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (orgs.). Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas. Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp. São Paulo. 2011. Pp. 75

20 Opus cit. BOTO, Carlota. 2011. Pp. 58

Junto à difusão dessas ideias foi também vinculada a noção de governamentalidade, tratada na obra de Michel Foucault. Para o autor, os princípios que constituem essa noção seria a constituição de regras em entidades como um conjunto de “instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população.” (DUARTE, 1995, p.51) Essa seria então, uma das características marcantes de muitos governos do século XIX. A criação de escolas é um dos exemplos de manutenção e estruturação do controle social.

Foucault atenta-se ainda para a formação desses domínios de poder por meio da dimensão das práticas sociais. Esses jogos políticos, como esclarece o autor, estariam ligados a estratégias de poder que vigoram através de lutas, construindo-se pela violência física e/ou simbólica. A governamentalidade seria a utilização dessas táticas de controle social implantados no Império. Os discursos que contribuem para a efetivação dessas mudanças preocupam-se com a manutenção do poder e o fortalecimento do Estado.

Pensar discursos e estratégias de dominação a partir de Foucault.

A pesquisa atenta ao complexo emaranhado de discursos polifônicos. A proposta de estudo também aponta para as ideias Michel Foucault. Sabe-se que para o autor, a biopolítica teria como elementos fundamentais a população, previdência, disciplina e institucionalização.²¹ Parte do pressuposto da ação orgânica da sociedade e do Estado em manter os indivíduos saudáveis, úteis e disciplinados, para que, *à priori*, estejam aptos a agir em um elemento constituidor e fundamental ao Estado. O poder da administração sobre a vida e a morte transforma-se em estatística, como uma economia de vida, uma técnica de poder que possui finalidade principal de potencializar assim a saúde, utilidade, educação do indivíduo e da sociedade. O biopoder caracteriza-se por regulamentar a vida e a circulação material e de ideias.

A segurança apresenta-se como elemento controlador do fluxo social, cria estatísticas sobre o espaço, a hierarquização social, a ordenação, o ambiente, o corpo e o urbano. Possui como instrumento inicial as listas nominativas e os estudos demográficos a partir do século XIX. A fim de conhecer e reconhecer não somente o

21 *Op. cit.* FOUCAULT, Michel. 1999.

território, mas a população.²² Com isso, o poder caracteriza-se como um fluxo entre os sujeitos, permeia as relações entre as coisas, é fruto destas relações. O conhecer para dominar seria um princípio básico para a estruturação dos Estados Nacionais a partir das estratégias de biopoder.²³ O controle da circulação do saber mostra-se essencial para a consolidação do Estado. Em busca da formação de um povo ordeiro e civilizado, como defendem os ideais da nação brasileira. A instrução pública constituía-se como uma das bases para os bons costumes e para a moralidade.

Pensar como as leis e diretrizes interferem na sociedade e nos agentes sociais.

Ideias de microhistória para compreender os agentes sociais (professores)

A pesquisa apoia-se na microhistória para compreender as imbricações que constituem as demandas sociais: “[...] a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva.”²⁴ Os particularismos das experiências e dos discursos encontrados nas correspondências provinciais abrangem a realidade dos agentes ligados à educação. As fontes analisadas – correspondências e atas – correspondem às vivências individuais, mas, ao mesmo tempo, conjunturas presentes. “Os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica.”²⁵ Intensificam a leitura mais atenta singularidades que, por suas vezes, demonstram quão complexa a realidade se apresenta.

Os trabalhos de Carlo Ginzburg e Jacques Revel serão pontos de referência para a pesquisa. Os autores encontram-se imersos aos debates ocorridos na configuração dos contornos primordiais da microhistória. Ginzburg entende que a pesquisa deve, principalmente, investigar por meio da busca pelos indícios, pelo cotidiano excepcional. Trabalha com a hipótese de um “paradigma indiciário”, que conduzida pela abordagem

22 FOUCAULT, Michel. “11 de Janeiro de 1978”. In. _____. *Território, Segurança e População: Curso no Colège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2008.

23 FOUCAULT, Michel. “1 de Fevereiro de 1978”. In. _____. *Território, Segurança e População: Curso no Colège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2008.

24 LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 18

25 LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 35

analítica de um episódio singular ou por uma anomalia iconográfica seria, para o autor, a forma mais expressiva de captar a representação coletiva de uma época.

EXPLICAR MELHOR O QUE É REPRESENTAÇÃO COLETIVA E SOBRE REVEL. E ENCAIXE ENTRE MICROHISTORIA E FOUCAULT.

DISCUSSÃO DA FONTE

Pensar o uso de leis, atas e correspondências na pesquisa de história.

As fontes selecionadas possuem procedências e finalidades distintas. Assim, como afirma Foucault, a pesquisa pretende “[...] mostrar como, a partir de abaixo, nas margens e talvez até mesmo na contramão de um sistema da lei se desenvolvem técnicas de normatização.”²⁶ Atentando-se para as cartas é possível compreender as margens e como essas apropriam-se dos discursos oficiais. As correspondências provinciais, encontradas no Arquivo Público Mineiro, tem papel fundamental na constituição da pesquisa, que procura evidenciar os meios de produção e reprodução dos discursos envolvidos no âmbito educacional. “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as

26 *Op. cit.* FOUCAULT, Michel. 2008. Pp. 74

lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”²⁷

As cartas enviadas ao presidente da província apresentam constantemente a relação dos professores com os alunos, leis e com as questões sobre educação. A documentação encontra-se catalogada e uma parte significativa já identificada e transcrita. Muitas apontam para o cumprimento das leis vigentes no período, enquanto outras consideram sua ineficácia e seus transtornos. O trecho abordado a seguir demonstra uma das dificuldades encontradas em muitos locais de Minas Gerais. A dificuldade em manter aulas e professores era firmemente alegada. Outros problemas como a falta de regularidade, responsabilidade e qualificação dos professores também aparecem como um dos elementos mais recorrentes nas correspondências analisadas.

As leis também constituem papel fundamental a pesquisa. A elas destaca-se a função dos discursos oficiais e a regulamentação social que advém do Estado. Importante esclarecer que a associação de lei, como um discurso oficial, não representa nessa perspectiva de análise um discurso transparente, que responda as expectativas de neutralidade. Assim como Foucault, entende-se que a instituição pressupõe o ordenamento desses discursos a partir dos indivíduos que a constitui. Percebe-se então, que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.”²⁸

A contraposição das leis e correspondências oferece a possibilidade de adensamento de novas fontes documentais. A dinâmica cotidiana dos professores e das políticas educacionais contribui para demonstrar as potencialidades de pesquisa no período oitocentista. O emaranho de demandas reestabelece os significados muitos vezes aplicados ao contexto. Frequentemente associado a um momento da história brasileira em que a educação não era um assunto de relevância, reproduzindo um discurso de ineficiência política.

Faria Filho trata em muitas de suas obras o papel da educação na sociedade brasileira do século XIX, defende a necessidade de novos olhares e perspectivas sobre o

27 FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso. Edições Loyola. São Paulo, Brasil. 1996. Pp. 10

28 *Op. cit.* FOUCAULT, Michel. 1996. Pp. 44

período e as fontes. Acredita na importância dos debates e avanços que a historiografia atual tem conquistado, mas observa ainda lacunas no estudo. As análises frequentemente presas às leituras constitucionais e das leis contribuem para considerações estruturais da sociedade. Faria Filho ainda propõe o uso de cautela nas análises das leis e debates oficiais, visto que por mais que discussão fosse fervorosa, havia grande dificuldade na efetivação da frequência escolar no período. Por um lado, as questões culturais e sociais da sociedade escravista e desigual, por outro o pouco investimento e retorno à educação.

A dificuldade apresenta-se não somente na formulação de políticas educacionais viáveis. Mas, na qualidade da formação dos professores existentes na região. Percebe-se a necessidade do preenchimento da Cadeira de Primeiras Letras na cidade de Mariana, a qual não compõe de maneira rápida e satisfatória. Considerando que a sobredita cidade era polo na formação letrada desde meados do século XVIII com a instalação do Seminário da Boa Morte. Como esclarece a correspondência abaixo, muitos desses professores não possuíam habilidades que eram requisitadas pelas diretrizes educacionais. A falta de princípios gramaticais da língua portuguesa é apontada como um problema em quase todos os professores.

Atestamos e fazemos certo que no dia 11 do corrente mês na Presença de Sua Excelência Reverendíssima se procedeu a Oposição da Cadeira das Primeiras Letras do Arraial de Lavras do Funil, á qual foi Opositor Marco Antônio Martins de Freitas, e no seu exame confessou não ter princípios alguns da Gramática Portuguesa, não soube fazer a operação de dividir, e a sua Letra não é de bom caráter, e tem grande falta de Ortografia. No mesmo dia compareceu Antônio Vás de Amorim único Opositor a Cadeira da Vila de Queluz, e no seu exame mostrou não ter luzes algumas da Gramática Portuguesa, mas mostrou muita destreza nas operações da Aritmética, Letra sofrível, e com alguns erros. No dia 12 do mesmo mês compareceu Leopoldo José Pais de Almeida único Opositor a Cadeira do Arraial da Barra Longa, e no seu exame mostrou ter algumas noções da Gramática Portuguesa caráter de Letras sofrível com alguma falta de Ortografia, e pouca destreza na operação de repartir. Neste mesmo dia compareceu Luiz Antônio de Medeiros, que tem requerido posição a todas as Cadeiras vagas, antes do exame declarou que se-limitava a da Freguesia da Itaverava, e no seu exame mostrou-se muito versado nas operações da Aritmética, com bom caráter de Letra, faltando-lhe somente algumas noções de Gramática Portu//fl.01f. Portuguesa. O referido é verdade e afirmamos com juramento. Mariana em Mesa Episcopal aos 12 de Abril de 1826. O Cônego Inácio José de Souza Ferreira. O Professor

Régio Agostinho Pereira da Costa. O Padre Egídio da Cunha Ozório. O Professor de Gramática do Seminário.²⁹

Algumas das referidas objeções ao cargo já são notadas antes mesmo da Lei de 1827, o que demonstra a preocupação das autoridades locais com o bom funcionamento e eficácia do ensino. Além de reforçar a ideia de que as demandas da sociedade apontavam para novas concepções sobre o que seria um bom professor e quais capacidades ele deveria apresentar. Outra questão a ser mencionada está ligada a mobilidade que muitos desses professores possuíam. Uma característica já notada em meados do século anterior pode-se relacionar com a demanda social em contrapartida a pouca oferta de professores. Visto que estes teriam que flexibilizar horários e locais para atender a população local.

Outra demanda muito discutida nos capítulos acima foi a difusão da noção de civilidade por meio da educação. A civilização estaria presente nas potências europeias, principalmente aos moldes franceses. A esse reconhecimento nota-se a inserção de aulas de língua francesa, o que mais uma vez demonstra a circularidade de ideias entre as diretrizes nacionais e as demandas locais. A maior fiscalização de como seriam ofertadas as aulas, em quais espaços e sua quantidade de horas estão de acordo com os novos segmentos de utilidade e economia apontados por Faria Filho e pela noção de governamentalidade de Foucault, discutidas nos parágrafos acima. Como esclarece a correspondência enviada em 25 de Abril de 1834, por Francisco José da Santíssima Trindade, da cidade de Mariana:

Acuso o recebimento do officio do Governo desta Província em data de 17 deste mês sobre a resolução tomada de prestar o Seminário Episcopal desta cidade de Mariana as suas aulas para nelas poderem os Mestres Públicos de Filosofia de Retórica, de Geometria, de Desenho, e de língua Francesa darem as suas lições aos estudantes que a eles hajam de concorrer. Inteligenciado portanto daquela resolução nenhuma dúvida se oferece apresentada prestação, [?] quando três aulas para o mesmo fim na Portaria do mesmo dito Seminário, fora da comunicação como são interior. Quanto porém as horas das Lições e sua fiscalização deverá ficar a cargo de que por Lei pertencer assim como o tempo em que devam começar a ter exercício. Deus guarde a V.E., Mariana 25 de abril de 1834. Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor João Baptista Figueiredo. Vice-Presidente desta Província. Francisco José da Santíssima Trindade. Bispo.³⁰

29 Arquivo Público Mineiro. Correspondência Recebida; 42: Instrução Pública; PP 1/42-Cx.01; 1824/04/02 - 1833/12/30. Documento 16.

A relação entre educação e moral religiosa também mostra-se presente preocupação das políticas educacionais. Formar cidadãos para a constituição de uma nação brasileira civilizada e em constante progresso era foco principal das leis que foram propostas durante todo esse período oitocentista. Para isso, o conhecimento da Doutrina Católica Romana, leitura de textos religiosos e de bons costumes eram frequentemente cobrados dos professores e alunos pelos examinadores da província. Ao observar cada um dos alunos, notando suas capacidades e habilidade seria possível diagnosticar suas deficiências e assim, potencializar sua aprendizagem por meio de novas estratégias. Esses exames serviriam também estabelecer uma hierarquia de investimento da Província.

O professor João Maria Martins envia para o Presidente da Província os nomes, frequência, talentos e indisciplinas observadas ao longo do período das aulas. Muitos alunos apresentam dificuldades e irregulares com a presença nas aulas. Alguns mostram-se capazes de realizar o exame, outros por diversos motivos não possuem tal capacidade. João Maria Martins ainda atenta para seu assíduo trabalho em favor do ensino dos pequenos frutos, o que denota a concepção de que os alunos matriculados estariam sendo preparados para serem úteis ao futuro da nação.

A correspondência enviada da cidade de Mariana possui, além do caráter qualitativo com talentos e falhas, também a esfera quantitativa almejada a partir dos primeiros anos do século XIX. O conhecimento de quantos alunos, aulas, professores e escolas tornava-se fundamental a manutenção e transformação desses locais. Mas, não somente do ponto de vista da Província para com as localidades. O reconhecimento dessa necessidade de controle pela própria sociedade local fica cada vez mais evidente com o fortalecimento das políticas educacionais. O que reafirma a hipótese central de que as constituição das leis não apresentação de modo verticalizado na sociedade e sim, parte-se da necessidade para a verificação de novas demandas.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor.

No dia 20 de Dezembro de 1830 nesta Escola Pública de 1^{as} Letras da Leal Cidade de Mariana foram examinados na forma do [esti]lo, perante o Juiz de Paz respectivo, 17 Alunos dos quais 10 [corroído] sexta Classe já haviam feito anteriormente os Exames primá[r]ios] como consta das Antecedentes Relações dirigidas a Vossa Excelência, e os [r]estantes do número total, que são classificados na Quinta classe [pres]tavam agora 9 seu primeiro Exame, que constou em as leituras [do cos]tume, e as quatro espécies d' Operações em números inteiros, sendo [corroído] em muito mais extenso o dos 6 primeiros da sexta Classe, que ver[sam] em Doutrina Católica Romana, Gramática Nacional, Fran[cesa], Decimais, e Cálculos de proporção direta, inversa, e composta, [corroído] de Geometria Prática na resolução d'alguns Problemas mais [co]muns³¹ por meio de compasso, e régua, e também, e também nas definições do [corroído] Livro d'Euclides, que nesta Aula adotamos. Em todos estes diferentes objetos nos deram uma decisiva prova de quanto desejam suavizar nossas fadigas no desvelo com que os instruímos, e educamos, mostrando-se assim meio alegres, satisfeitos, e prontíssimos em mas respostas; concluindo-se a geral este ato, e prontíssimos em 4 Alunos desta mesma Classe, porém de menos tempo d' Escol, o qual se limitou unicamente a Doutrina, e as 4 Operações de Quebrados, já isolados, e já complicados com inteiros no que agradaram tanto como os primeiros nos outros ramos. Faltaram dois da Quinta classe que não vieram no dia de Exame por doentes. Exposto já tudo o que é relativo ao Teórico, e Prático da Lei passaremos a descrever circunstanciadamente em relação as Escritas de cada um deles / que temos a honra levar a respeitosa presença de Vossa Excelência / as faltas, e tempo de frequência de todos estes que se examinaram.

Sexta Classe

| | |
|---|---|
| Escrita Nº 1. Lúcio José Pedro Fernandes [corroído] | Entrou em [corroído] //fl. 01f. |
| Escrita Nº 2. Inocêncio Lopes da Costa | Entrou em 20 de Junho de 1827 tem tido po perto de um ano. Faz o exame dos das 1 ^{as} |
| Escrita Nº 3. Jacinto da Silva Lessa | Entrou em 13 de Maio de 1828. Poucas Inte dos antecedentes. |
| Escrita Nº 4. Vicente da Silva Lessa | Irmão do Sobredito, entrou no mesmo temp considerável. Fez o mesmo Exame do Irmã |
| Escrita Nº 5. Augusto Freire d'Andrade | Entrou em 28 d'Abril de 1829. Tem tido pou Exame constou de Doutrina, e [corroído]bra |
| Escrita Nº 6. José Joaquim da Encarnação | Entrou em 5 de Janeiro de [corroído] Poucas |
| Escrita Nº 7. Joaquim da Silva Soares | Entrou em 28 de Junho deste [ano] Tem tid mesmo Exame das 1 ^{as} Letras desta Classe. |
| Escrita Nº 8. José Mendes da Silva | Entrou em 5 d'Agosto de 1828. Até o prese de falhas Examinou-se de Doutrina, e Queb |
| Escrita Nº 9. Florêncio Mendes da Silva | Irmão do sobredito, entrou em 12 de Janeir falhas obstinadamente. Fez o Exame de Do |
| Escrita N. 10. Lúcio José do Espirito Santo | Entrou em 1º de Março de 1830. Com bons conhecimento d'Aritmética, e Escrita. Pouca talentoso, e por isso prestou o Exame das 1 |

31 Ou "Incomuns".

Quinta Classe

| | |
|--|--|
| Escrita Nº 1. José Pedro | [corroído] aplicado. Fez o 1º Exame. |
| Escrita Nº 2 Quirino dos Santos | Entrou em 5 de Janeiro de 1827. P[corroído] Educadores pouco se tem aproveitado, com Exame. |
| Escrita Nº 3 José de Santa Apolônia | Entrou em 6 de Julho de 1829. Tem tido em de que frequência suprimindo porém a tudo is Fez o 1º Exame. |
| Escrita Nº 4 Júlio de Souza Lopes | Entrou em 25 de Janeiro de 1829. Teve por de 6 meses de falhas. Fez o 1º Exame. |
| Escrita Nº 5 Cândido [Pe]reira de Mesquita | Entrou em 20 de Abril de 1830 com alguns em escrita, que muito tem custado familiar Letra que apresenta. Fez o mesmo Exame e 4ª espécie de inteiros, que foi só d'[corroído] poucos condenáveis. |
| Escrita Nº 6 Jamário José de Calazans | Entrou em 17 de Julho de 1827. Pela irregu mesmo por algumas doenças, pouco tempo agora o 1º Exame [letritando-se] o d'Aritim |
| Escrita Nº 7 Zeferino José Coelho | Entrou em 20 de Abril de 1830 com péssim como Escrita, que bem tem custado exting ditames; mas apesar de tudo fez [Ex]ame [|

Ei portanto concluído a narração do estados dos pres[entes] Exames desta Escola, e tenho a honra leva-la ao conhecimento de Vossa Excelência. Digne-se pois a Vossa Excelência receber benignamente esses pequenos frutos de meu assíduo trabalho. Sou com o maior respeito, e acatamento. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província. De Vossa Excelência súbdito, e muito atento venerador. Leal Cidade de Mariana 21 de Dezembro de 1830. [João] Maria Martins.³²

A demanda local existe

Janeiro 14. Cópia.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Tendo sido Provido na cadeira de ensino mútuo desta Vila do Príncipe, tenho ensinado desde o dia 11 de Fevereiro do próximo passado ano, pelo método antigo, por falta de utensílios, e casa própria, e como mesmo pelo método antigo a casa particular, em que assisto não acomoda mais de oitenta alunos, não me sendo possível conseguir outra maior, tenho sido por isso forçado a deixar de receber cem, ou mais meninos, que se me tem apresentado

³² Arquivo Público Mineiro. Correspondência Recebida; 42: Instrução Pública; PP 1/42-Cx.01; 1824/04/02 - 1833/12/30. Documento 39.

sobre aquele número, o que já fiz ver a Câmara Municipal, para representar ao Governo, e como não tinha havido providência até o presente, e continua a ser reprisada a minha mágoa, quando me vejo forçado a rejeição de meninos, que quase diariamente me são trazidos por seus pais, por isso recorro a Vossa Excelência para que se digne a vista da urgência que apresento deliberar a este respeito. Nesta Vila existe um Prédio Nacional, em que assistiram os Inspetores da Intendência, este tem as necessárias proporções, para o estabelecimento de uma Aula, digna desta grande povoação, que pode mandar ao ensino mais de trezentos alunos; sendo pois esta casa destinada para este fim, e dando-se-me (sic) os utensílios, que devem ser remetidos da Capital, eu me proponho a fazer a minha custa tudo o mais, que toca ao arranjo da sala e assim brevemente se-pode dar princípio a um estabelecimento de tanta vantagem para a minha Pátria, e em que eu poderei de outra maneira mais interessante desenvolver os meus bons desejos: e julgo desnecessário ponderar a Vossa Excelência que pelo método antigo, um mestre, por mais esforço, não pode bastar para devidamente dirigir a instrução, e necessária educação de mais de sessenta jovens. = Deus Guarde a Vossa Excelência Vila do Príncipe 14 de Janeiro de 1834. = Ilustríssimo e Excelentíssimo, Senhor Antônio Paulino Limpo de Abreu Presidente da Província = Santos Augusto de Queiros.³³

servações sobre a fonte e a bibliografia.

CONCLUSÃO.

33 Correspondência Expedida; 4: Inspeoria De Instrução Pública E Inspeoria De Saúde; Pp 2/4-Cx.01; 1825/05/20 - 1889/09/30. Documento 02.

Bibliografia de referência e fontes:

Fontes

- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana: Atas de 1824 a 1835.
- Arquivo Público Mineiro: Lei Provincial de nº 13, ano de 1835. E os Relatórios e Correspondências do Presidente da Província de Minas Gerais.
- Constituição Brasileira de 1824. Ver em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/137569>.

Fontes impressas

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOTO, Carlota. *A racionalidade escolar como processo civilizador: Moral que captura Almas*. In.: CARVALHO, Maria Marta Chagas de. PINTASSILGO, Joaquim. (org.). *Modelos culturais, Saberes pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011. Pp. 47 -81.

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. Universidade de São Paulo. 2011

CARVALHO, Pedro Eduardo Andrade. *Minas de Babel* [manuscrito]: padrões ortográficos na Câmara de Mariana – MG entre 1824-1853. (dissertação). 2012.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. PINTASSILGO, Joaquim. (org.). *Modelos culturais, Saberes pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *Intelectuais ilustrados e docentes da escola pública do Rio de Janeiro*. In.: FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Massa Edições, 2011.

CUNHA, Paola Andressa Bessa. *Educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas – Minas Gerais, séculos XVIII E XIX*. In. (orgs.). VAGO, Tarcísio Mauro. OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *História e práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. CHAMON, Carla Simone. ROSA, Walquíria Miranda. *Educação Elementar – Minas Gerais na primeira metade do XIX*. Editora UFMG. 2006.

_____. *Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas da pesquisa*. In.: MENEZES, Maria Cristina. (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas. São Paulo: Mercado das Letras. 2004.

FRAGOSO, João. *Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Frederick Brath e a história econômica colonial*. In. OLIVEIRA, Mônica R.; ALMEIDA, Carla M. C. (Orgs.). *Nomes e Números – Alternativas Metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.

_____. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo. Brasil, 1996.

_____. *Discurso, poder y subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones el Cielo por Asalto, 1995

_____. *Em defesa da Sociedade: Curso no Colège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Marins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Segurança, Território, População*. Martins Fontes. São Paulo. 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramalhete*. 38. Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, séc. XVIII*; Coimbra, Almedina, 1994; (ed. Castelhana, Madrid, Tecnos, 1989).

_____. *Depois do Leviathan*. Almanackbraziliense. nº 5. maio, 2007.

LEVI, Geovanni. *A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REVEL, Jacques. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar – A noção de “governo”*. 1953.

SILVA, Diana de Cássia. *As reformas pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres nas Primeiras Letras no termo de Mariana.(1772-1835)*. In.: VAGO, Tracísio Mauro; OLIVEIRA, Jefferson. (orgs.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Sandra Oenning da. *Estado Monárquico (Des)Centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824/1834)*. [dissertação]. Florianópolis, Santa Catarina. 2013.

SILVEIRA, Rafael Alcadini da. *Michel Foucault: poder e Análise das Organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.